



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

A ESCOLA PÚBLICA E O DILEMA DA FALTA DE ACESSIBILIDADE: AS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS NA ESCOLA CENTRO EDUCACIONAL RAIMUNDO PEREIRA – CERP

Vandelson Lima Aguiar³⁷
(ESFAPEM)

RESUMO

A pesquisa aqui pretende problematizar o dilema da falta de acessibilidade e as barreiras arquitetônicas encontradas na Escola Centro Educacional Raimundo Pereira. A escolha do tema e do local investigado se deu a partir de observações do cotidiano e da visão de escola acessível. O objetivo da pesquisa é a realização de avaliação de acessibilidade física (arquitetônica) da Escola CERP. Para fundamentação são apresentados dados e estatísticas. O levantamento de leis, convenções, decretos e outros documentos oficiais, servem também como embasamento legal. As ferramentas metodológicas empregadas para a coleta e análise consistiram na avaliação arquitetônica do espaço investigado por meio de instrumento específico e apresentado na metodologia, além da realização de entrevista com a professora responsável pelo Atendimento Educacional Especializado na Escola e avaliação aplicada de percurso em cadeira de rodas. A partir da avaliação final dos espaços foi possível elaborar proposições na busca de uma escola mais acessível. Além da contribuição dessa pesquisa para a escola e para os pesquisados, deixa-se como sugestão para trabalhos futuros o aprofundamento na pesquisa acerca da avaliação de acessibilidade e para a construção de um modelo de escola mais inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiências, com deficiências, movimento.

INTRODUÇÃO

Segundo relatório do Ministério da Educação – MEC (2007. p. 2), em 1961, o atendimento às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da

**Vandelson Lima Aguiar, Especialista em Acessibilidade Cultural, Escola de Formação Permanente do Magistério – ESFAPEM, vanlimaaguiar@hotmail.com.



Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

No âmbito geral das escolas de educação básica, o índice de acessibilidade dos prédios, em 2006, é de apenas 12% (IBGE, 2010).

Assim, delimita-se esta pesquisa ao estudo e avaliação da acessibilidade física da Escola CERP de Frecheirinha, com vistas a responder a questão: será a Escola CERP acessível a alunos com deficiência física? E, caso não seja, o que se pode fazer para superar as barreiras físicas lá encontradas?

Esta pesquisa objetiva fazer a avaliação de acessibilidade física da Escola CERP visando compreender o dia-a-dia dos alunos com deficiência, suas dificuldades de acesso, permanência e uso, possibilitando a análise e proposição para espaços de ensino público no município de Frecheirinha, como a referida escola.

O CONCEITO DE DEFICIÊNCIA

Se pararmos para rever a história da humanidade, constatamos que as pessoas com deficiência, nas mais variadas épocas, sempre estiveram segregadas. Segundo Kirk e Gallagher (1996), podem ser reconhecidos quatro estágios de desenvolvimento das atitudes em relação às deficiências. Primeiramente, na era pré-cristã, tendia-se a negligenciar e a maltratar os deficientes. Na Antiguidade, por não corresponderem aos padrões estéticos, muitos deficientes foram abandonados ou eliminados.

Para Silva (2013) com a difusão do cristianismo, na Idade Média, a deficiência viveu momentos ambivalentes. Percebe-se que em determinados momentos eram considerados criaturas divinas, portanto não poderiam ser desprezadas ou abandonadas por possuírem alma. Em outra vertente, em outros momentos, representavam forças malignas e, por isso, deveriam ser eliminadas. Esta época foi marcada por atitudes paradoxais entre a proteção e a eliminação, sobressaindo a visão do aspecto sobrenatural.



No século XVI houve um redimensionamento da visão com relação à deficiência, passando da abordagem moral para a abordagem médica. O modelo de análise da deficiência era o da doença. As pessoas que apresentavam alguma anormalidade eram tratadas, numa perspectiva de cura. Mesmo havendo uma mudança no modo de conceber a deficiência, essa mudança não foi suficiente para provocar alterações na forma de agir diante dela. Os diferentes continuaram abandonados à própria sorte, isolados e com pouca atenção do governo e dos familiares.

Já não se pode, justificadamente, delegar à divindade o cuidado de suas criaturas deficitárias, nem se pode, em nome da fé e da moral, levá-las à fogueira ou às gales. Não há mais lugar para a irresponsabilidade social e política, diante da deficiência mental, mas ao mesmo tempo, não há vantagens para o poder público, para o comodismo da família, em assumir a tarefa ingrata e dispendiosa em educá-la. A opção intermediária é a segregação; não se pune, nem se abandona, mas também não se sobrecarrega o governo e a família com sua incômoda presença. (PESSOTTI, 1984, p. 24)

Assim, optam pela prática asilar, abrigando em leprosários e hospitais toda pessoa considerada diferente. Os hospícios isolavam todos os sujeitos considerados anormais, mantendo o controle social. Isso pelo fato da sociedade, na época, se sentir incomodada com a presença do diferente, do que fugia às regras, aos padrões vigentes. Para tanto a baixo faremos algumas considerações sobre os diversos tipos de deficiência, seus conceitos, seguida de referência bibliográfica básica.

Segundo Cardoso (2013), deficiência é toda alteração do corpo ou aparência física, seja de um órgão ou de uma função com perdas ou alterações temporárias ou permanentes qualquer que seja sua causa. Em princípio, a deficiência significa perturbação no nível orgânico, por tratar de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica comprometida.

Nesse mesmo sentido, é afirmado na CDPD (2007) que pessoas com deficiência são todas aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, ou quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir



sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

O PENSAMENTO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA

É certo que as pessoas que não seguem o padrão social estabelecido pela sociedade atual, são consideradas anormais, isso se dá a uma série de princípios e normalidades estabelecidas ao longo da história da humanidade sobre os conceitos de normal e anormal.

Em *O normal e o patológico*, Canguilhem (1978, pp.101-102) afirma, com irretocável consistência, que a anomalia é fato biológico. E, nesse sentido, acrescentamos que a condição que costumamos chamar de deficiência também o é. Ou seja, a deficiência, qualquer que seja, é fato biológico de diferenciação física, sensorial, orgânica ou intelectual. Essa caracterização de Canguilhem (1978) é pertinente mesmo em relação à deficiência adquirida, cujas limitações decorrentes são contornadas pela reabilitação, pelo reaprendizado das funções alteradas ou perdidas, pelo uso de próteses ou por alguma adaptação desencadeada no próprio organismo. Na deficiência adquirida o fato biológico não existe por si só, posto que há fatores ambientais (na forma de acidentes diversos) concorrendo para o seu surgimento. Mas, ainda assim, é na dimensão orgânica que as modificações acontecem, ou, usando palavras de Canguilhem (1978, p.109), na dimensão orgânica “o ser é capaz de instituir novas normas”. O fato biológico presente na deficiência produz, em algum grau, uma diferença funcional. Dessa forma, em vez de ineficiência e incapacidade (sentido literal de deficiência), a condição deficiência é, de fato, uma diferença funcional.

Para quem lida diretamente com a deficiência, sempre estiveram claros os aspectos negativos, discriminatórios, limitados e contraditórios da terminologia em uso. Sabe-se que a conceituação e a terminologia aplicadas às deficiências foram desenvolvidas inicialmente para atender a uma clientela que toma decisões sobre a vida



das pessoas que apresentam alguma deficiência, a saber, a medicina, a seguridade social e a reabilitação (PEREIRA, 2006).

Desta forma o que se percebe é um julgamento de normal e de anormal, os conceitos mais importantes neste processo segundo as pessoas “normais”, são estabelecidos por eles, ficando a margem da sociedade toda e qualquer pessoa que fuja do padrão de normalidade, assim sendo o que se tem é anos de exclusão, discriminação e intolerância. É correto afirmar também que este processo está mudando sob a liderança de grupos e pessoas que se sensibilizam com a causa, mas ainda a passos muito pequenos, o que se busca para as gerações futuras é uma mente um mais aberta sobre diversidade, identificando a história e o caráter de cada indivíduo a partir de sua história de vida e não apenas de sua condição física.

CONTEXTUALIZAÇÃO LEGAL E POLÍTICA

O movimento das pessoas com deficiência é marcado por muitos momentos de luta e de conquistas. Essas pessoas passam por uma série de paradigmas e barreiras impostas pela sociedade atual, barreiras essas que vão desde questões de comportamento social à questões arquitetônicas.

Segundo Silva (2012), o movimento das pessoas com deficiência remonta os anos 1970 a partir da preocupação da Organização das Nações Unidas (ONU) com o tema, uma vez que em 1975, tal órgão promulgou a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. Posteriormente, o ano de 1981 foi definido pela ONU como o Ano Internacional da Pessoa Deficiente, movimento que gerou impacto no Brasil, fazendo da questão um tema de política pública com repercussão na grande mídia. Recentemente, o marco internacional mais importante foi a promulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2006, carta internacional que tem por objetivo uma completa redefinição nos termos de entendimento da deficiência.

A partir de então, todo o mundo passava a pensar a pessoa com deficiência de uma forma mais ampla e, na mesma medida, tanto as pessoas com deficiência como as



consideradas “normais”, buscavam juntas através de lutas do dia a dia a conquista e garantia de seus direitos. Esse movimento levou a uma série de avanços e conquistas, o certo é que a partir daquele momento uma nova concepção estava surgindo e as pessoas com deficiência passavam a integrar de fato e de direito uma sociedade que antes não percebiam por esse olhar.

Segundo Pereira (2009), em 1984 a mobilização de pessoas com diversidade funcional já era chamada de movimento e contava com estrutura organizada, compatível com essa designação. A partir da atuação política desse movimento, e também sob a influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, criaram-se naquele ano várias entidades comprometidas com a diversidade funcional, entre elas a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), o Movimento de Reintegração dos Hansenianos (Morhan) e o Conselho Brasileiro de Entidades de Pessoas Deficientes.

Tendo conquistado reconhecimento político, representavam várias pequenas associações locais (esportivas, educacionais, assistenciais etc.) espalhadas pelo país e em funcionamento desde a década de 1970, mas totalmente desarticuladas entre si.

Uma das últimas conquistas nacionais no ramo das políticas de acessibilidade se dá com a aprovação do Decreto nº 7.612, de 17 de Novembro de 2011 que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite, que tem por objetivo, promover por meio de articulações políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. (BRASIL, 2008).

A partir de então, o Brasil passa a pensar na pessoa com deficiência não apenas como sujeito visto na área médica e que necessita de cuidados e de reabilitação (dependendo da deficiência), mas também como um indivíduo que tem direitos e deveres, direitos esses que perpassam pelas mais diversas áreas sócias.



BASES DO MEC

A busca de uma escola inclusiva já é uma premissa norteadora das ações do Ministério da Educação muito antes mesmo de sua criação, a escola inclusiva aqui deve ser pensada não apenas como aquela que recebe os alunos e matricula-os, mas sim o espaço de ensino e aprendizagem que está propício a convivência harmoniosa por todos os alunos, assim livre de barreiras principalmente arquitetônicas.

Na busca da escola ideal e inclusiva Ferreira (2006) afirma que:

A partir do final dos anos 1960, e de modo mais destacado nos anos 1970, as reformas educacionais alcançaram a área de educação especial sob a égide dos discursos da normalização e da integração. A educação especial constou como área prioritária nos planos setoriais de educação, após a Emenda constitucional de 1978 e a Lei nº. 5692/71, de reforma do 1º e 2º graus, e foi contemplada com a edição de normas e planos políticos de âmbito nacional: as definições do Conselho Federal de Educação sobre a educação escolar dos excepcionais, as resoluções dos Conselhos Estaduais de Educação sobre diretrizes de educação especial, a criação dos setores de educação especial nos sistemas de ensino, a criação das carreiras especializadas em educação especial na educação escolar (os professores dos excepcionais) e também no campo de reabilitação (a constituição das equipes de reabilitação/ educação especial). (FERREIRA, 2006, p. 87)

Desta forma pode-se perceber que a escola passa a seguir novas diretrizes, neste momento as escolas especiais tem a função de receber e educar os alunos com toda e qualquer deficiência, assim sendo surgem novos conceitos de escola inclusiva e de espaço acessível.

Em 1996 é promulgada a LDBEN, Lei nº 9.394/96 em seu Art.58 define a educação especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educando com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.



§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Nesse sentido a oferta da educação especial, passa a ser normatizada de fato com força de lei, o atendimento ainda neste momento é oferecido no mesmo turno em que o aluno está inserido no ensino regular, fato este que sofrerá alterações em anos seguidos.

Ainda neste pensamento o Art. 59 fala da obrigatoriedade dos sistemas de ensino que deverão assegurar aos educando com deficiência espaço e atendimento necessários ao seu desenvolvimento educacional.

Em 2001 é votado projeto de lei que estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE, através de Lei nº 10.172/2001, tendo como destaque que “o grande avanço que a década da educação deverá produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento a diversidade humana”. A partir de então é estabelecido metas para a educação inclusiva para os próximos anos, desafios a serem superados a partir de diagnósticos de déficit referente a matrícula de alunos com deficiência (MEC, 2007).

Baseado na política de inclusão em 2003 é implantado o Programa Escola Inclusiva, visando apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, buscando a promoção da formação continuada de professores e gestores nos municípios brasileiros, visando assim a garantia de acesso de todos a escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade (MEC, 2007).

No ano de 2007 é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, onde traz como um dos princípios a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, além de acessibilidade arquitetônica e monitoramento das escolas favorecidas com alunos cadastrados no Benefício de Prestação Continuada – BPC.



Em 2008 o Ministério da Educação lança o Programa Escola Acessível que tem por objetivo:

Promover a acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns de ensino regular assegurando-lhes o direito de compartilharem os espaços comuns de aprendizagem por meio de acessibilidade ao ambiente físico aos recursos didáticos e pedagógicos e as comunicações e informações. (MEC, 2013)

A aprovação e implementação de tal plano dá um novo norte às ações desenvolvidas no cotidiano escolar. O dia a dia escolar que era marcado por barreiras arquitetônicas, neste momento, pode ser superado buscando junto ao Ministério da Educação recursos para adaptação em vistas da criação de espaços acessíveis. A implantação de tal plano poderá suprir as necessidades de acessibilidade arquitetônica nas mais diversas escolas que ainda convivem com esse dilema.

Metodologia

Para realização do levantamento de campo, com auxílio do instrumento de avaliação de acessibilidade a seguir apresentado, e posterior análise dos dados obtidos, a metodologia da pesquisa contemplou diversas etapas assim descritas: a) estudo e delimitação do tema e problema; b) revisão bibliográfica c) entrevistas e questionários; d) estudo para definição do instrumento de avaliação; e) avaliação no local com o instrumento selecionado e registros fotográficos; f) avaliação prática em cadeira de rodas na Escola CERP; g) tabulação dos dados; h) redação do relatório; h) proposição de adequações.



MATERIAL E MÉTODOS

Para uma melhor compreensão da metodologia utilizada, alguns recursos são descritos a seguir.

Foi utilizado o Instrumento de Avaliação de Acessibilidade desenvolvido pelo Núcleo de Design Gráfico Ambiental – NDGA, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

A avaliação contempla os seguintes espaços da escola: a) Circulação Externa; b) Circulação Interna; c) Bebedouros; d) Portas; e) Elevadores; f) Escadas; g) Rampas; h) Sanitários e vestiários; i) Cinemas, Teatros, Auditórios, Sala de Aula e Similares; j) Geral.

Para uma melhor compreensão e avaliação do espaço pesquisado, foi estabelecido um percurso, com a participação de uma pessoa em cadeira de rodas.

A avaliação prática em cadeira de rodas foi idealizada por mim mesmo, a rota traçada consistia em realizar a entrada na escola, percorrendo todo o caminho até a cantina, neste percurso encontram-se as a biblioteca, a sala dos professores, o auditório, a secretaria, a sala da direção, sala dos professores, salas de aula, quadra de esportes e banheiros.

Dentre infinitas dificuldades vale ressaltar algumas, em primeiro lugar na entrada principal da escola há uma rampa com degrau de 4 cm, a mesma é em piso que dificulta a passagem de cadeirantes, não há apoio como barras laterais ou guarda corpo. Seguindo o percurso além dos batentes entre 4 e 5 cm em cada sala de aula e departamentos administrativos cheguei nas proximidades da quadra de esportes, há duas pequenas rampas, mas ambas estão desgastadas com buracos que travam a passagem da cadeira de rodas, nas proximidades da cantina a rampa tem boa inclinação, mas é antecedida por um degrau de quase 10 cm fato que impossibilita subir a rampa e chegar a cantina e ao bebedouro, ao lado estão localizados os sanitários, mas antes de entrar há um corredor e um degrau, neste mesmo continua impossível deslocar-se.

Em meio a toda a pesquisa foi realizada entrevista com a professora responsável pelo atendimento na sala do AEE. A referida entrevista possibilitou uma melhor



compreensão sobre a trajetória do AEE na Escola CERP, na oportunidade foram colocadas questões de atendimento, quantidade de crianças e dificuldades enfrentadas no dia a dia, além de alguns pontos positivos e negativos.

Avaliação

Para uma melhor compreensão, a avaliação foi dividida em três momentos assim compreendidos: Avaliação das condições da Sala do AEE (entrevista), Avaliação das barreiras arquitetônicas na Escola CERP (instrumento de avaliação), avaliação com os alunos com deficiências e as barreiras arquitetônicas no ambiente escolar (acompanhamento ao percurso diário).

AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA SALA DO AEE

A entrevista com a professora Raimunda Cleide se fez necessária para entender o processo de surgimento da Sala de AEE na Escola CERP, assim como o seu funcionamento, compreendendo ainda as barreiras e dificuldades encontradas no dia a dia. Quando perguntado sobre a fundação e primeiros trabalhos na sala Cleide (2013) afirma:

[...] a gente já sabia que a sala estava construída desde 2008 né, [...] só que passou 2008 e 2009 fechado, quando foi em maio de 2010, a Tânia Mileide, a secretária de educação, [...] me chamou, eu trabalhava no Cerpinho, pra mim assumir a sala, eu fiquei com medo apesar de que eu tinha psicopedagogia, mas eu não tinha uma vaga experiência, eu já tinha [...] todo mundo dizia que eu tinha tipo pra coisa [...] Mileide me chamou num dia pra conversar, aí eu disse: Ó Mileide eu vou reassumir a sala, se eu tiver direito de escolher quem vai trabalhar comigo. [...] aí eu convidei a Liduina e a Edileuza que já tinha experiência, já conhecia o campo da inclusão, já tinha feito cursos, embora eu tivesse conhecimento, mas eu não tinha assim um curso é, propriamente dito em inclusão. Então a gente chamou ela e assumimos a sala, fizemos uma reunião de pais, foi aqui, chamamos os pais, tem fotografias aí desses pais, foi explicado como é que ia funcionar, daí então a gente começou. (CLEIDE 2013)



Pelo o que se percebe a sala do AEE já estava algum tempo preparada para atendimento, mas devido a questões burocráticas só veio a funcionar em 2010 quando a professora Raimunda Cleide assumiu como responsável. A experiência mencionada pela professora representa um pouco da preocupação com os desafios a partir de então enfrentados, sejam estes de cunho pedagógico ou administrativo.

AVALIAÇÃO DAS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS NA ESCOLA CERP.

A edificação da Escola CERP é constituída de dois pavimentos. No primeiro andar encontram-se a área de recreação, o auditório, o departamento administrativo, a biblioteca, a sala de reuniões, as salas de aula, a cantina, a sala de leitura, o laboratório de Informática, a sala do AEE e os depósitos. O acesso ao segundo andar se dá por escada, o que impossibilita o acesso por pessoas com deficiência.

O acesso ao pavimento superior, como já citado, é feito exclusivamente por escada, fato que dificulta o acesso principalmente para pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida. A escada obedece as normas da ABNT de no mínimo 1,20 m de largura, tendo 1,80m. A dimensão do piso dos degraus está obedecendo também às normas, entre 17 e 18 cm, o piso da escada não é anti derrapante e no início e fim da escada não há espaço mínimo de 30 cm distante da área de circulação, não há corrimão nem guarda-corpo de proteção e auxílio as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. A escada não dispõe de contraste de cor nos degraus e não existe piso tátil de direcionamento ou alerta seja este no início ou no fim da escada.

Quando avaliadas as portas das salas de aula, observou-se que, na sua maioria, mediam entre 70 e 75 cm de largura. As maçanetas são giratórias, mas na maioria, devido aos atos de vandalismo, não existem mais as maçanetas. Tudo isto impede a circulação com autonomia por toda e qualquer pessoa, seja com ou sem deficiência.

Vencendo essa barreira e chegando ao bebedouro, a pessoa se depara com um bebedouro conjugado, onde a aproximação frontal é impossibilitada, pois o vão é de



apenas 23,5 cm de profundidade, a torneira não é de alavanca e não há sinalização tátil ou de indicação.

Na avaliação dos sanitários a preocupação se estende ainda mais, pois apenas os sanitários para uso dos professores ficam localizados próximos a entrada principal, já os sanitários dos alunos ficam a quase 200m da entrada principal, próxima da cantina. Nenhum dos boxes é acessível.

Cada dependência da escola assim como também o banheiro são espaços inacessíveis o que contribui para que as crianças em idade escolar abandonem este espaço por se sentirem em desvantagem, sendo assim submetidas a situações constrangedoras.

Toda a Escola se encontra inacessível e com grandes barreiras e impedimentos de convivência social entre os alunos com deficiência e os demais, deixando de ser um espaço benéfico para a educação e se tornando um fator discriminador.

CONCLUSÕES

A pesquisa apresentada buscou contribuir para uma nova visão de espaço acessível frente ao objeto de trabalho, a Escola CERP.

Colocar-me como o sujeito com deficiência por algumas horas, durante a avaliação prática em cadeira de rodas me causou por um lado desespero e por outro a sensação de alívio. O desespero aqui pode ser representado pelas dificuldades encontradas. O tombo na descida de degrau na saída do banheiro foi apenas uma das situações vivenciadas todos os dias por milhares de alunos com deficiência espalhadas pelas mais diversas escolas do país, a sensação na verdade é em muitos momentos de incapacidade.

Com a aplicação do instrumento e observação da Escola, foi possível diagnosticar uma série de problemas e a análise não poderia ter sido mais produtiva. A partir dela, foi possível levantar proposições e melhoria em todos os espaços.



Por fim, é evidente a necessidade de aprofundamento da pesquisa e fica desta forma a contribuição e sugestão para trabalhos futuros sobre o pensamento de acessibilidade como um espaço destinado a todos, a implementação das proposições e nova avaliação dos resultados após as modificações feitas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, **Viver sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com** / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) • VIVER SEM LIMITE – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência : SDH-PR/SNPD, 2013.
- BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico, 2010** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>>. Acesso em: 20 de jan. 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto que Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.
- BRASIL. Presidência da República. **Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite**. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011.
- BRASIL. Senado Federal. **Decreto Legislativo que Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**. Decreto nº 186, de 9 de julho de 2008.
- CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense. 1978.
- CARDOSO, Eduardo. **Infográfico, Deficiência, Incapacidade de Desvantagens**. UFRGS/NDGA.2013.
- FERREIRA, Júlio Romero. **Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras**. In: RODRIGUES, David (org.). *Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.
- FERREIRA, Windyz B. **Inclusão X Exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca**. In: RODRIGUES, David (org.). *Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.
- KIRK, Samuel Alexander.; GALLAGHER, J. J. **Educação da criança excepcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

PEREIRA, Raimundo J. **Anatomia da diferença: uma investigação teórico-descritiva da deficiência à luz do cotidiano.** Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro. 2006.

PESSOTI, Isaias. **Deficiência mental: da superstição à ciência.** São Paulo: Edusp. 1984.

SILVA, César Augusto de Assis. **Deficiência e Direitos Humanos em debate: história do movimento social e transformações recentes,** artigo apresentado no 7º Encontro Anual da ANDHEP - Direitos Humanos, Democracia e Diversidade 23 a 25 de maio de 2012, UFPR, Curitiba (PR).

SILVA, Larissa Maciel Gonçalves. **Educação Especial e inclusão escolar sob a perspectiva legal.** Universidade Federal de Uberlândia.

SILVA, Lorena Dantas da. **Corpo e deficiência. Par'a'íwa,** João Pessoa, n.3. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/paraiwa/03-dantasdasilva.html>. Acesso em: 9 nov. 2005. 2003.